



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

32º BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE DE MONTANHA

(BATALHÃO DOM PEDRO II)

Pregão Eletrônico SRP 90002/2026

(Processo Administrativo nº 64098.010108/2025-18)

TERMO DE JUSTIFICATIVAS RELEVANTES

1. O objeto do presente certame não incide nas hipóteses vedadas pelo art. 9º da IN SEGES 05/2017 e encontra-se contemplado no Plano de Contratações Anual sob nº 90002/2026, cuja contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
2. A Aquisição de gás liquefeito de petróleo, para suprir a demanda do Setor de Aprovisionamento do 32º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha (32º BIL Mth), situado em Petrópolis-RJ.
3. Os atos do presente processo licitatório foram produzidos, comunicados, armazenados e validados eletronicamente (IRP, TR, Pesquisa de Preços, Gestão de Riscos), conforme art. 12, VI, da Lei 14.133/21. Os artefatos digitais foram produzidos no Compras.gov e as demais peças estão armazenadas no SPED 3.0, sistema de protocolo do Exército Brasileiro. Após a divulgação do certame, todo o processo será disponibilizado para consulta pública no Portal de Licitações do Exército.
4. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, desde que observados os requisitos previstos no art. 31 do Decreto 11.462/2023.
5. A adoção do Pregão Eletrônico, por menor preço por item, se deu ao fato do objeto ser enquadrado como comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme inciso XIII do Art. 6º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, podendo ser utilizado por Órgãos Públicos bem como por qualquer cidadão, se encontrando à disposição nos mercados varejista e atacadista, em qualquer parte do país.
6. Foi adotado o Sistema de Registro de Preços pela conveniência de haver entregas parceladas, conforme os incisos II do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.
7. A contratação enquadra-se como atividade de custeio, e a celebração do contrato pode ser delegada ao Ordenador de Despesas da OM, conforme o Art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.
8. Os itens de consumo serão adquiridos para suprir as demandas da OM e serão de qualidade comum, suficiente para cumprir suas finalidades, não se tratando de artigos de luxo.
9. Para a presente contratação, não há necessidade de padronizar marcas ou modelos, bastando que sejam atendidas as características dispostas no Termo de Referência.

10. Foi utilizado catálogo eletrônico de padronização de compras, adotando-se o catálogo do Poder Executivo Federal.

11. No planejamento, foram observados os seguintes princípios, considerando a expectativa de consumo anual, conforme o Art. 40 da Lei 14.133/2021:

- a. As condições de aquisição e pagamento são semelhantes às do setor privado;
- b. O processamento será por meio de sistema de registro de preços;
- c. As unidades e quantidades a serem adquiridas foram determinadas em função do histórico de consumo;
- d. As condições de guarda e armazenamento não permitem a deterioração do material;
- e. Foram atendidos os princípios:

Da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

Do parcelamento, por ser tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

Da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

12. De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa Seges/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, não há a necessidade de classificar o Termo de Referência nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

13. Em atenção ao §1º, do Art. 7º, da Lei 14.133/21, foi observado o princípio da segregação de funções, não havendo acúmulo de funções entre os agentes nomeados para esta contratação

14. Os itens 3.6., 5.8.1, 8.6, 8.6.1 e 8.7 uma vez que este certame não prevê tratamento favorecido para ME/EPP. Ficando, portanto, afastada a aplicação de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, permanecendo garantido apenas o direito de preferência (empate ficto). O afastamento dos benefícios justifica-se, pois, as exigências regulatórias de capital social mínimo (Resolução ANP nº 994/2026) e a natureza do objeto tornam a exclusividade inviável e prejudicial à competitividade, conforme fundamentado no Parecer nº 00677/2026/CJAQ-EST/SCGP/CGU/AGU.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

DIOGO OLIVEIRA GENIAL – Ten Cel

Ordenador de Despesas do 32º BIL Mth